

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2025**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2025**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**OBJETO:** Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de conserto, recuperação e manutenção de bancos veiculares da frota de veículos utilizada no transporte escolar e demais serviços prestados pela rede municipal de ensino do Município de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul, conforme Termo de Referência.

**VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 73.444,95 (setenta e três mil, quatrocentos e quarenta e quatro Reais e noventa e cinco centavos).

**INÍCIO REC. PROPOSTA:** 04/12/2025 08:00

**FIM REC. PROPOSTA:** 17/12/2025 07:00

**INÍCIO DISPUTA:** 17/12/2025 09:00

**TIPO DE LANCE:** MENOR LANCE

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA (DF)

**Local:** Plataforma BLL Compras – <https://bll.org.br/>

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** [menor preço por item]

**EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS:** SIM

**SUMÁRIO:**

|  |    |
|--|----|
| 1. DO OBJETO .....   | 3  |
| 2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....   | 3  |
| 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....   | 3  |
| 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....           | 4  |
| 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....   | 6  |
| 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.. | 7  |
| 7. DA FASE DE JULGAMENTO.....  | 11 |
| 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....  | 13 |
| 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....   | 14 |
| 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....                                   | 15 |
| 11. DOS RECURSOS.....  | 16 |
| 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....                              | 16 |
| 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....                | 18 |
| 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....   | 18 |

**MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2025**

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO – MS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.107.539/0001-32, com sede na Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Porto Murtinho/MS, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, para Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Decreto Municipal nº 15.110, de 17 de janeiro de 2024, e demais legislação aplicável, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**1. DO OBJETO:**

1.1 O objeto da presente licitação é a formação de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de conserto, recuperação e manutenção de bancos veiculares da frota de veículos utilizados no transporte escolar e nos demais serviços prestados pela Rede Municipal de Ensino do Município de Porto Murtinho/MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.1.1 As especificações constantes deste Edital e de seus Anexos constituem requisitos mínimos, admitindo-se equivalência técnica superior, desde que mantida a plena funcionalidade, segurança e qualidade dos serviços.

1.2. A licitação será dividida por itens, conforme tabela constante no Termo de Referência (Anexo I), facultando-se ao licitante participar de quantos itens forem de seu interesse.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS:**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. DO CREDENCIAMENTO:**

3.1. O credenciamento constitui o nível básico do registro cadastral que habilita os interessados a participar da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica.

3.1.1. O cadastro deverá ser realizado na Plataforma BLL Compras, disponível no endereço eletrônico <https://bll.org.br>, mediante utilização de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade exclusiva do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realizar todas as transações inerentes ao presente Pregão Eletrônico.

3.3. O licitante responsabiliza-se, exclusiva e formalmente, por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive aqueles praticados diretamente ou por seu representante.

Fica excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão/entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma BLL Compras (<https://bll.org.br>), observadas as disposições deste Edital.

4.1.1. O acesso ao sistema será realizado mediante utilização de login e senha próprios.

4.2. A participação neste certame será exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

4.2.1. Somente poderão participar empresas que comprovem formalmente seu enquadramento como ME ou EPP, conforme legislação vigente.

4.2.2. O benefício previsto neste item está limitado às empresas que, no ano-calendário da licitação, não tenham ultrapassado o limite de receita bruta para enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

4.3. As empresas em Recuperação Judicial ou Extrajudicial deverão, quando for o caso, apresentar a certidão comprobatória da concessão ou da homologação do plano pelo juízo competente.

4.3.1. A apresentação dessa certidão não dispensa o cumprimento integral das demais exigências do Edital, inclusive econômico-financeiras.

4.4. Não poderão participar desta licitação:

4.4.1. quem não atender às condições deste Edital e de seus anexos;

4.4.2. o autor de anteprojeto, projeto básico ou executivo relativos ao objeto;

4.4.3. empresa responsável por tais projetos, ou empresa da qual o autor seja dirigente, gerente, controlador, acionista com mais de 5%, responsável técnico ou subcontratado;

4.4.4. pessoa física ou jurídica impedida ou suspensa de licitar ou contratar com a Administração;

4.4.5. quem possua vínculo técnico, econômico, comercial, financeiro, civil ou trabalhista com dirigentes do órgão contratante ou agentes da licitação;

4.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, concorrendo entre si;

4.4.7. pessoas físicas ou jurídicas condenadas, nos últimos 5 anos, por trabalho infantil ou análogo ao escravo;

4.4.8. agente público do órgão licitante;

4.4.9. OSCIP atuando nessa condição;

4.4.10. qualquer pessoa física ou jurídica em situação de conflito de interesses, nos termos do art. 9º da Lei 14.133/2021.

4.5. As vedações aplicam-se também ao licitante que atue em substituição a outra empresa com o objetivo de burlar sanção aplicada, inclusive suas controladoras, controladas ou coligadas, desde que comprovado o ilícito.

4.6. O autor do projeto poderá apoiar atividades de planejamento ou gestão contratual, desde que sob supervisão exclusiva de agente público.

4.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico.

4.8. As restrições dos itens 4.4.2 e 4.4.3 não impedem contratações integradas, semintegradas ou regimes que incluam elaboração de projetos como encargo do contratado.

4.9. Em licitações financiadas por organismos internacionais, ficam impedidos os licitantes que constem no rol de sancionados dessas entidades.

4.10. A vedação ao agente público estende-se também a terceiros que atuem como equipe de apoio, assessor técnico ou representante de empresa contratada para assessoria.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Nesta licitação, a fase de habilitação ocorrerá após as fases de apresentação das propostas, lances e julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta contendo o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento previsto neste Edital, até a data e o horário definidos para a abertura da sessão pública, momento em que se encerrará automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2.1. Fica facultada a inserção antecipada dos documentos de habilitação durante o cadastramento da proposta de preços, sem prejuízo do prazo estabelecido no item 9.12.1.

5.3. O envio da proposta e dos documentos de habilitação ocorrerá por meio de chave de acesso e senha cadastradas na Plataforma BLL.

5.3.1. É condição essencial que a licitante apresente os documentos relacionados nos subitens seguintes, os quais, conforme o Acórdão TCU nº 2036/2022 – Plenário, podem ser apresentados em cópia simples, sem necessidade de autenticação.

#### 5.3.1.1 – **Habilitação Jurídica**

- a) Registro comercial, no caso de Empresa Individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com alterações subsequentes, devidamente registrados, no caso de sociedade empresarial;
- c) Inscrição do ato constitutivo com documentos de eleição de administradores, para sociedades por ações;
- d) Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com comprovação da diretoria atual, no caso de sociedades civis;
- e) Decreto de autorização e ato de registro para funcionamento, quando exigido, no caso de empresa ou sociedade estrangeira;
- f) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, para MEI.

#### 5.3.1.2 – **Regularidade Fiscal**

- a) Prova de inscrição no **CNPJ**;
- b) **Certidão Conjunta de Débitos Federais e Dívida Ativa da União** (negativa ou positiva com efeitos de negativa);
- c) **Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)**;
- d) **Certidão de Regularidade Fiscal Municipal** (ISSQN ou Débitos Gerais), conforme legislação local, admitida certidão positiva com efeito de negativa;
  - Municípios que não emitam certidão de débitos gerais deverão exigir certidões imobiliária e mobiliária.

#### 5.3.1.3 – **Regularidade Trabalhista**

**Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** (CNDT) ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

#### 5.3.1.4 – **Qualificação Econômico-Financeira**

**Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, dentro do prazo de validade nela previsto ou, na omissão deste, emitida há menos de 60 dias.

**5.3.1.5. Comprovação de aptidão de desempenho técnico**, apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da Proponente, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se ateste que a empresa executou a qualquer tempo serviços de complexidade similar ou superior à do objeto deste edital;

Habilitação antecipada (se aplicável)

5.4. Caso a fase de habilitação anteceda a etapa de propostas e lances, os licitantes deverão enviar simultaneamente a proposta e os documentos de habilitação no prazo estabelecido no sistema.

#### **DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS**

5.5. O licitante deverá apresentar a **Declaração Unificada (Anexo VI)**, contendo:

5.5.1. ciência e concordância com as condições do edital e anexos, afirmando que a proposta contempla todos os custos trabalhistas, previdenciários e legais;

5.5.2. declaração de que não emprega menor em condições proibidas pela Constituição;

5.5.3. declaração de que não utiliza trabalho degradante ou forçado;

5.5.4. cumprimento das disposições legais sobre reserva de cargos para PCD e reabilitados;

5.5.5. sendo ME ou EPP, apresentação da **Declaração de Enquadramento (Anexo V), assinada pelo responsável legal e pelo contador (com CRC).**

5.6. Se o licitante for cooperativa, deverá declarar que cumpre o art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

5.7. O fornecedor ME/EPP deverá declarar, no sistema, que cumpre o art. 3º da LC nº 123/2006.

5.7.1. Nos itens de participação exclusiva ME/EPP, a marcação do campo “NÃO” impedirá o prosseguimento.

5.7.2. Nos itens não exclusivos, o “NÃO” apenas retira o direito ao tratamento favorecido.

5.8. A falsidade das declarações tratadas nos itens 5.6 e 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.9. O licitante poderá substituir a proposta ou documentos de habilitação já enviados até a abertura da sessão pública.

5.10. Não há ordem de classificação durante o envio das propostas; esta ocorrerá apenas após a fase de lances.

5.11. Após a fase de lances, serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados.

5.12. Nos sistemas que dispuserem dessa funcionalidade, o licitante poderá parametrizar valor mínimo ou percentual de desconto máximo, respeitando:

5.12.1. intervalo mínimo entre lances;

5.12.2. envio automático pelo sistema, até o limite parametrizado.

5.13. A parametrização poderá ser alterada durante a disputa, sendo vedado:

5.13.1. ofertar valor superior ao já registrado (menor preço);

5.13.2. registrar percentual de desconto inferior ao já registrado (maior desconto).

5.14. Os valores parametrizados terão caráter sigiloso, exceto para órgãos de controle.

5.15. O licitante é responsável pelo acompanhamento de todas as operações do sistema, inclusive mensagens do pregoeiro, não cabendo reclamação por perda de negócios devido a desconexões ou falhas de acompanhamento.

5.16. Deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer ocorrência que comprometa o sigilo ou a segurança do acesso, para bloqueio imediato.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta por meio do sistema eletrônico, preenchendo obrigatoriamente os seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. especificação técnica do serviço ofertado, de acordo com o Termo de Referência;

6.1.3. materiais a serem utilizados (quando aplicável), conforme requisitos mínimos do edital;

6.1.4. quantidade cotada, respeitando a unidade mínima prevista no modelo de proposta.

6.2. Todas as especificações apresentadas na proposta vinculam o licitante e deverão corresponder aos requisitos mínimos estabelecidos no Edital e no Termo de Referência.

6.2.1. O licitante não poderá cotar quantidade inferior à unidade mínima prevista para o item, sendo vedada a redução do quantitativo mínimo estabelecido pela Administração.

6.3. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos previdenciários, trabalhistas, comerciais, operacionais, materiais, transporte e quaisquer outros necessários à execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta quanto nos lances, serão de inteira responsabilidade do licitante, não cabendo posterior alegação de erro, omissão ou equívoco para pleitear alteração de valores.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento variável, a cotação deverá refletir a média dos recolhimentos efetivos dos últimos 12 (doze) meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidas as parcelas previstas na legislação vigente.

6.7. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação do Simples Nacional, quando enquadradas.

6.8. A apresentação da proposta implica total aceitação das condições do edital e seus anexos, bem como a obrigação de executar o objeto nos exatos termos ofertados, fornecendo materiais, ferramentas e utensílios necessários, substituindo-os quando solicitado pela Administração.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

6.10. Quando o critério de julgamento for maior desconto, o preço resultante da aplicação do desconto deverá respeitar os preços máximos previstos no edital.

6.11. A análise de eventual pedido de reequilíbrio observará a equivalência percentual entre:

o preço estimado da Administração, e

o preço ofertado pelo licitante no certame.

Exemplo (explicado de forma jurídica e clara):

Preço estimado no edital: R\$ 10,00

Proposta vencedora: R\$ 5,00

→ significa 50% de desconto sobre o valor estimado.

Em eventual reequilíbrio:

Nova pesquisa: R\$ 11,00

Aplicando a mesma proporcionalidade (50%), o valor reequilibrado será R\$ 5,50.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A sessão pública será iniciada automaticamente pelo sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três,



oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.12, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-

se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.20.2.2. empresas brasileiras;

7.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da legislação de improbidade administrativa vigente.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.4 e 5.7 deste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos-

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. As licitantes deverão considerar, na composição dos custos, que eventual reajuste somente ocorrerá após 12 meses contados da data da proposta, utilizando-se o índice IPCA/IBGE.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. Comprovação de capacidade técnica, nos termos do TR, por meio de atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sistema da BLL, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



**9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema BLL, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.**

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e Decreto Municipal 15.140/2024):

9.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.8. A detentora da Ata deve comunicar, formalmente, o município, qualquer alteração em seu contrato social e razão social.

10.9. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, conforme art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

#### **11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:**

11.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas **Decreto nº 15.140/2024**.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **12. DOS RECURSOS**

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 3 (três) dias úteis.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://bll.org.br/> e <https://portomurtinho.ms.gov.br/>.

## **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4.apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5.fraudar a licitação

13.1.6.comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1.agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2.induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3.apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7.praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.2.Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1.advertência;

13.2.2.multa;

13.2.3.impedimento de licitar e contratar e

13.2.4.declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3.Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1.a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2.as peculiaridades do caso concreto

13.3.3.as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4.os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4.A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15%.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30%.

13.5.As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6.Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7.A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2. e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8.Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, e 13.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

13.9.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

13.10.A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11.Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12.Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14.A aplicação das sanções aqui previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados, exclusivamente, por meio eletrônico, pelos seguintes canais: <https://bll.org.br/> e site oficial do Município de Porto Murtinho/MS.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos do certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não sendo a Administração, em qualquer caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos: <https://bll.org.br/> e <https://portomurtinho.ms.gov.br/>.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Minuta de Termo de Contrato

Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços

Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços

Anexo V – Modelo de Declaração ME/EPP

Anexo VI – Modelo de Declaração Unificada

Porto Murtinho MS, 03 de dezembro de 2025.

**RITA DE CÁSSIA PADILHA**  
Secretária Municipal de Educação

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO:**

**1.1.** Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de conserto, recuperação e manutenção de bancos veiculares da frota de veículos utilizada no transporte escolar e demais serviços prestados pela rede municipal de ensino do Município de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul.

( x ) Natureza Comum

( ) Natureza Especial

| Item | Descrição dos itens   | Und | Quantidades |
|------|---|-----|-------------|
| 1    | Serviço especializado de conserto de banco de <b>Ônibus escolar</b> , incluindo o reparo da estrutura metálica (quando necessário), troca da espuma deteriorada, substituição ou reforço da cobertura com material resistente (couro sintético, vinil ou similar), fixação adequada na base do assento e acabamento final. O serviço deverá garantir a recuperação completa da funcionalidade e do conforto do banco, respeitando os padrões de segurança e ergonomia exigidos para o transporte escolar. Conserto inclui assento, encosto e encosto de cabeça.       | Und | 60          |
| 2    | Serviço especializado de conserto de banco de <b>Micro-Ônibus escolar</b> , incluindo o reparo da estrutura metálica (quando necessário), troca da espuma deteriorada, substituição ou reforço da cobertura com material resistente (couro sintético, vinil ou similar), fixação adequada na base do assento e acabamento final. O serviço deverá garantir a recuperação completa da funcionalidade e do conforto do banco, respeitando os padrões de segurança e ergonomia exigidos para o transporte escolar. Conserto inclui assento, encosto e encosto de cabeça. | Und | 60          |
| 3    | Serviço especializado de conserto de banco de <b>Van escolar</b> , incluindo o reparo da estrutura metálica (quando necessário), troca da espuma deteriorada, substituição ou reforço da cobertura com material resistente (couro sintético, vinil ou similar), fixação adequada na base do assento e acabamento final. O serviço deverá garantir a recuperação completa da funcionalidade e do conforto do banco, respeitando os padrões de segurança e ergonomia exigidos para o transporte escolar. Conserto inclui assento, encosto e encosto de cabeça.          | Und | 15          |
| 4    | Serviço especializado de conserto de banco de <b>Camionetes</b> , incluindo o reparo da estrutura metálica (quando necessário), troca da espuma deteriorada, substituição ou reforço da cobertura com material resistente (couro sintético, vinil ou similar), fixação adequada na base do assento e acabamento final. O serviço deverá garantir a recuperação completa da funcionalidade e do conforto do banco. Conserto inclui   | Und | 10          |

|   |   |     |    |
|---|---|-----|----|
|   | assento, encosto e encosto de cabeça.   |     |    |
| 5 | Serviço especializado de conserto de banco de <b>Veículos Leves</b> , incluindo o reparo da estrutura metálica (quando necessário), troca da espuma deteriorada, substituição ou reforço da cobertura com material resistente (couro sintético, vinil ou similar), fixação adequada na base do assento e acabamento final. O serviço deverá garantir a recuperação completa da funcionalidade e do conforto do banco. Conserto inclui assento, encosto e encosto de cabeça. | Und | 10 |

**Observação:**

Diante do exposto, os itens são estimados por unidades de assentos e as quantidades previstas representam uma estimativa baseada nas quantidades de veículos acima de 03 (três) anos de uso existentes na frota da Secretaria Municipal de Educação. Ressalta-se que os quantitativos estimados não obrigam a Administração à contratação total, respeitando o princípio da economicidade e a execução conforme demanda efetiva.

**1.1.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto n.º 10.818, de 27 de setembro de 2021.

**1.2.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme elementos constantes no Estudo Técnico Preliminar.

**1.3. VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

**1.3.1.** O prazo de vigência é de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preço.

**1.4. DO LOCAL E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**1.4.1. Local de Execução dos Serviços:**

**a)** Os serviços deverão ser realizados nas dependências da contratante ou em oficina própria, localizada dentro do perímetro urbano de Porto Murtinho/MS, devidamente equipada e com estrutura adequada para a execução dos serviços de consertos de bancos veiculares.

**1.5. DA GARANTIA:**

**1.5.1.** Garantia mínima dos serviços prestados: 90 (noventa) dias, conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor;

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

A presente contratação tem como objeto a futura e eventual contratação de serviços de conserto, recuperação e manutenção de bancos veiculares da frota da Secretaria Municipal de Educação, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme previsto no art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

**2.1. Necessidade**

A frota de veículos da Secretaria Municipal de Educação é composta por automóveis, vans, ônibus escolares e utilitários utilizados para o transporte diário de estudantes da rede municipal de ensino e para o suporte logístico das atividades pedagógicas e administrativas.

Devido ao uso contínuo, os bancos dos veículos sofrem desgastes frequentes, apresentando problemas como:

- a)** Rasgos e desgaste no revestimento;
- b)** Danos à espuma e estrutura interna;
- c)** Defeitos nos mecanismos de fixação;



A não correção desses problemas pode comprometer a segurança dos passageiros, infringir normas de trânsito e transporte escolar, além de causar prejuízo à qualidade do serviço público prestado.

## **2.2. Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços**

A opção pelo Registro de Preços se justifica pela natureza variável, contínua e imprevisível da demanda, o que torna inadequada a celebração de contrato imediato e global. O SRP oferece vantagens como:

- a) Agilidade na contratação, diante da necessidade emergente de manutenção veicular;
- b) Planejamento orçamentário eficiente, com controle dos gastos apenas quando houver necessidade real de execução dos serviços;
- c) Atendimento sob demanda, evitando a ociosidade de contratos ou pagamentos por serviços não utilizados.

## **Conclusão**

Diante do exposto, a contratação por meio de Sistema de Registro de Preços, estruturada por itens de serviço, mostra-se tecnicamente viável, juridicamente adequada e vantajosa para a Administração Pública, atendendo à demanda da Secretaria Municipal de Educação com flexibilidade, economia e eficiência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços especializados de conserto, recuperação, substituição e manutenção preventiva e corretiva de bancos veiculares, destinados à frota da Secretaria Municipal de Educação, composta por veículos utilizados no transporte escolar urbano e rural, bem como em atividades administrativas e operacionais da pasta.

Os serviços visam garantir a segurança, conforto e conservação dos assentos veiculares, assegurando a conformidade com os padrões técnicos, normas de segurança e as especificações do fabricante, além de atender à legislação vigente de transporte escolar.

## **4. REQUISITO DA CONTRATAÇÃO:**

Para atender de forma eficiente à demanda da Secretaria Municipal de Educação, a futura contratação dos serviços de conserto de bancos veiculares deverá observar os seguintes requisitos técnicos, operacionais e administrativos:

### **4.1. Objeto dos serviços**

**4.1.1.** Prestação de serviços de conserto, recuperação e manutenção de bancos veiculares da frota utilizada no transporte escolar e demais serviços prestados pela rede municipal de ensino, inclui-se:

- a) Substituição de espumas danificadas;
- b) Revestimento com material resistente (couro sintético, vinil, ou similar);
- c) Soldagem ou troca de estruturas metálicas danificadas;
- d) Reparo de sistemas de fixação dos bancos;
- e) Pintura e acabamento dos bancos, quando necessário;
- f) Substituição de peças e componentes, conforme avaliação técnica.

### **4.2. Condições gerais da prestação dos serviços**

**4.2.1.** Os serviços deverão ser executados sob demanda, conforme ordem de serviço emitida pela Secretaria;

**4.2.2.** Os consertos deverão ser realizados no prazo máximo de 10 dias úteis a contar do recebimento do veículo;



- 4.2.3.** As peças e materiais utilizados deverão ser novos, originais ou de qualidade equivalente, devidamente especificados na proposta;
- 4.2.4.** A empresa contratada deverá oferecer garantia mínima de 90 dias sobre os serviços prestados.

#### **4.3. Exigências técnicas da contratada**

- 4.3.1.** A contratada deverá comprovar experiência na execução de serviços similares, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- 4.3.2.** Deverá dispor de mão de obra qualificada e equipamentos adequados para realização dos serviços;
- 4.3.3.** Comprovar, quando solicitado, que possui estrutura operacional, equipe técnica ou meios adequados para prestar o suporte necessário no município, de forma a viabilizar o atendimento no prazo estabelecido.

#### **4.4. Documentação exigida**

- 4.4.1.** Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista;
- 4.4.2.** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial;
- 4.4.3.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 4.4.4.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 4.4.5.** Declaração de que atende às normas de segurança do trabalho aplicáveis.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

A execução dos serviços de consertos de bancos veiculares será realizada de forma futura e eventual, conforme demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Porto Murtinho – Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e na Ata de Registro de Preços.

A execução do objeto ocorrerá conforme o seguinte modelo:

#### **5.1. FORMA DE EXECUÇÃO**

- a)** Os serviços serão executados sob demanda, mediante ordem de serviço emitida pela Secretaria;
- b)** A contratada deverá retirar os bancos no local indicado e realizar os reparos em sua oficina;
- c)** Os serviços deverão ser concluídos no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da ordem de serviço;
- d)** A contratada deverá fornecer relatório técnico descritivo dos serviços executados, incluindo fotos do antes e depois do reparo.

### **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A CONTRATANTE, representada pela Secretaria Municipal de Educação, obriga-se a:

- 6.1.** Fornecer as informações necessárias à CONTRATADA para a correta execução dos serviços, incluindo a identificação dos veículos, tipos de bancos e demais especificações técnicas relevantes;
- 6.2.** Indicar formalmente os veículos que deverão ser atendidos, por meio de ordem de serviço emitida por servidor designado, observando-se o quantitativo registrado na Ata de Registro de Preços;
- 6.3.** Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, por meio de servidor designado, registrando todas as ocorrências que possam influir na boa execução do serviço, com base nos princípios da eficiência, legalidade e economicidade;
- 6.4.** Verificar a conformidade dos serviços prestados, recusando aqueles que não estiverem de acordo com as especificações contratadas ou que apresentarem vícios, falhas ou má execução;

- 6.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados, após a devida conferência e aceitação dos mesmos, nos prazos estabelecidos em edital e contrato;
- 6.6. Notificar a CONTRATADA, formalmente, sobre irregularidades encontradas na execução dos serviços, fixando prazos para a devida correção, sob pena de aplicação de sanções;
- 6.7. Cumprir com todas as obrigações contratuais assumidas no instrumento de contrato ou na Ata de Registro de Preços, respeitando os limites legais da contratação pública;
- 6.8. Comunicar formalmente qualquer alteração que possa impactar na execução do objeto contratado, tais como substituição de veículos, datas, entre outros;
- 6.7. Providenciar, quando necessário, a rescisão contratual ou Ata de Registro de Preços, nos casos previstos na legislação vigente, observando o contraditório e a ampla defesa da contratada.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A empresa contratada, doravante denominada CONTRATADA, obriga-se a:

- 7.1. Executar os serviços de conserto de bancos veiculares da frota da Secretaria Municipal de Educação conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência, nas condições, prazos e quantitativos estabelecidos nas ordens de serviço emitidas;
- 7.2. Atender prontamente às solicitações da Contratante, observando os prazos e cronogramas determinados, mesmo em caráter eventual, conforme demanda apresentada durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- 7.3. Fornecer toda a mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à perfeita execução dos serviços contratados, sem ônus adicional à Contratante;
- 7.4. Garantir a qualidade dos serviços prestados, utilizando materiais novos, de boa procedência, com padrões de qualidade compatíveis com os bancos veiculares da frota escolar;
- 7.5. Substituir, por sua conta e risco, qualquer peça ou serviço que apresentar defeito, falha ou vício, independentemente do tempo decorrido da execução, dentro do prazo de garantia previsto na Ata de Registro;
- 7.6. Obedecer às normas de segurança do trabalho, ambientais e de trânsito, responsabilizando-se por eventuais danos pessoais, materiais ou ambientais causados por seus empregados ou prepostos;
- 7.7. Manter durante toda a vigência da ata de registro de preços e/ou do contrato as condições de habilitação exigidas na licitação, apresentando sempre que solicitado pela Administração a documentação comprobatória atualizada;
- 7.8. Respeitar as normas internas da Secretaria Municipal de Educação, bem como cumprir as determinações da fiscalização designada pela Contratante;
- 7.9. Providenciar o transporte dos veículos ou dos bancos, quando necessário, para execução do serviço, caso este não possa ser realizado no local de estacionamento da frota, salvo disposição diversa no Termo de Referência;
- 7.10. Apresentar nota fiscal correspondente aos serviços efetivamente realizados, acompanhada do atestado de recebimento definitivo emitido pela fiscalização da Contratante;
- 7.11. Assumir total responsabilidade trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial por seus empregados, prepostos ou subcontratados, eximindo a Contratante de qualquer vínculo ou responsabilidade solidária;
- 7.12. Manter sigilo sobre todas as informações, dados e documentos fornecidos ou gerados no âmbito da prestação dos serviços, quando aplicável;
- 7.13. Sujeitar-se às penalidades previstas no edital e no contrato, em caso de inadimplemento, atraso injustificado ou execução insatisfatória dos serviços.

## **8. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

- 8.1. O pagamento será efetuado de acordo com os serviços prestado, no prazo de até 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada, juntamente das certidões de regularidade fiscal em plena validade, previstas na Lei 14.133/2021.
- 8.2. A Contratada deverá obrigatoriamente encaminhar os seguintes documentos quanto solicitar o pagamento dos serviços:
  - 8.2.1. Nota Fiscal gerada de acordo com as quantidades dos serviços prestados e solicitados na Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço;

**8.2.2.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**8.2.3.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**8.2.4.** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

**8.3.** A falta de um dos documentos dispostos na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, poderá implicar no não recebimento.

#### **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

**9.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório Pregão Eletrônico (Ata de Registro de Preço), com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

#### **10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

**10.1.** O custo estimado do registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de conserto, recuperação e manutenção de bancos veiculares da frota de veículos utilizada no transporte escolar e demais serviços prestados pela rede municipal de ensino do Município de Porto Murtinho - MS, deste Termo de Referência, está orçada no valor de **R\$ 73.444,95 (setenta e três mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais, noventa e cinco centavos)**, conforme cotação de preço e apresentada em planilha abaixo, totalizando todas as quantidades e itens previstos para o certame:

| Item | Descrição   | Und  | Qnt | VALOR UNIT. R\$ | TOTAL R\$     |
|------|---|------|-----|-----------------|---------------|
| 1    | Serviço especializado de conserto de banco de <b>Ônibus escolar</b> , incluindo o reparo da estrutura metálica (quando necessário), troca da espuma deteriorada, substituição ou reforço da cobertura com material resistente (couro sintético, vinil ou similar), fixação adequada na base do assento e acabamento final. O serviço deverá garantir a recuperação completa da funcionalidade e do conforto do banco, respeitando os padrões de segurança e ergonomia exigidos para o transporte escolar. Conserto inclui assento, encosto e encosto de cabeça.       | Unid | 60  | R\$ 491,00      | R\$ 29.460,00 |
| 2    | Serviço especializado de conserto de banco de <b>Micro-Ônibus escolar</b> , incluindo o reparo da estrutura metálica (quando necessário), troca da espuma deteriorada, substituição ou reforço da cobertura com material resistente (couro sintético, vinil ou similar), fixação adequada na base do assento e acabamento final. O serviço deverá garantir a recuperação completa da funcionalidade e do conforto do banco, respeitando os padrões de segurança e ergonomia exigidos para o transporte escolar. Conserto inclui assento, encosto e encosto de cabeça. | Unid | 60  | R\$ 491,00      | R\$ 29.460,00 |

|          |  |      |    |            |              |
|----------|--|------|----|------------|--------------|
| <b>3</b> | Serviço especializado de conserto de banco de <b>Van escolar</b> , incluindo o reparo da estrutura metálica (quando necessário), troca da espuma deteriorada, substituição ou reforço da cobertura com material resistente (couro sintético, vinil ou similar), fixação adequada na base do assento e acabamento final. O serviço deverá garantir a recuperação completa da funcionalidade e do conforto do banco, respeitando os padrões de segurança e ergonomia exigidos para o transporte escolar. Conserto inclui assento, encosto e encosto de cabeça. | Unid | 25 | R\$ 433,33 | R\$ 6.499,95 |
| <b>4</b> | Serviço especializado de conserto de banco de <b>Camionetes</b> , incluindo o reparo da estrutura metálica (quando necessário), troca da espuma deteriorada, substituição ou reforço da cobertura com material resistente (couro sintético, vinil ou similar), fixação adequada na base do assento e acabamento final. O serviço deverá garantir a recuperação completa da funcionalidade e do conforto do banco. Conserto inclui assento, encosto e encosto de cabeça.  | Unid | 10 | R\$ 433,33 | R\$ 4.333,30 |
| <b>5</b> | Serviço especializado de conserto de banco de <b>Veículos Leves</b> , incluindo o reparo da estrutura metálica (quando necessário), troca da espuma deteriorada, substituição ou reforço da cobertura com material resistente (couro sintético, vinil ou similar), fixação adequada na base do assento e acabamento final. O serviço deverá garantir a recuperação completa da funcionalidade e do conforto do banco. Conserto inclui assento, encosto e encosto de cabeça.  | Unid | 10 | R\$ 369,17 | R\$ 3.691,70 |

## **11. FISCAIS DE CONTRATO**

### **11.1. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

---

MARCIO DE SOUZA – FISCAL TITULAR

---

RINALDO GAVILAN – FISCAL SUPLENTE

**12. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**

O presente TERMO REFERENCIA foi elaborado pela seguinte equipe de planejamento da contratação da Secretaria Municipal de Administração do Município de Porto Murtinho – MS.

Porto Murtinho/MS, 03 de Outubro de 2025.

| EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO |   |            |
|---------------------------------------|---|------------|
| NOME                                  | CARGO   | ASSINATURA |
| <b>Daniel Adan Soares<br/>Morais</b>  | Gerente Fin.<br>Operacional<br>Decreto: 16.075/2025 |            |
| <b>Fábio Gonzalez Antunes</b>         | Assistente Administrativo                           |            |

Aprovador por:

---

Rita de Cássia Padilha  
Secretária Municipal de Educação

**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM  
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO,  
ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, E A  
EMPRESA.....**

**O Município de Porto Murtinho**, Estado de Mato Grosso do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 03.107.539/0001-32, com endereço na Rua Cel. Pedro Celestino s/n, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, a Sra. XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileira, portadora da RG sob o nº XXXX SSP/XX e inscrita no CPF/MF sob o nº XXXXXXXX, residente e domiciliado nesta cidade de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul, denominado CONTRATANTE, e a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., sediada na ....., doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº XXX/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº. XXX/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de conserto, recuperação e manutenção de bancos veiculares, utilizados na frota do transporte escolar e demais veículos da Rede Municipal de Ensino do Município de Porto Murtinho/MS, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital), parte integrante e indissociável deste instrumento, incluindo, entre outros:

I – serviço especializado de conserto de bancos de veículos leves, com:

- a) reparo da estrutura metálica, quando necessário;
- b) troca da espuma deteriorada;
- c) substituição ou reforço da cobertura com material resistente (couro sintético, vinil ou similar);
- d) fixação adequada e acabamento final;
- e) recuperação completa do assento, encosto e encosto de cabeça.

1.2. A execução deverá observar rigorosamente o Termo de Referência, o Edital, a proposta vencedora e demais documentos do processo.

Elemento Característicos:

| Item | Código | Descrição | Unid. | Valor Unit. | Valor Total |
|------|--------|-----------|-------|-------------|-------------|
|      |        |           |       |             |             |
|      |        |           |       |             |             |

1.3. Integram este Contrato, para todos os efeitos legais, o Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2025, seus anexos (especialmente o Termo de Referência), a proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do Processo Administrativo nº \_\_\_\_/2025.

1.4. Em caso de divergência interpretativa, prevalecerá:

I– o Edital;

II – o Termo de Referência;

III – a proposta da contratada.



IV - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme art. 105 da Lei 14.133/2021.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Edital e Termo de Referência.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1 O pagamento será efetuado de acordo com o fornecimento, no prazo de até 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada, juntamente das certidões de regularidade fiscal em plena validade, previstas na Lei 14.133/2021.

- 6.1.1 A Contratada deverá obrigatoriamente encaminhar os seguintes documentos quando da entrega:
- 6.1.2 Nota Fiscal ou documento equivalente gerada de acordo com o fornecimento das quantidades de itens entregues e solicitados na Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço;
- 6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 6.1.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 6.1.5 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- 6.1.6 A falta de um dos documentos dispostos na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, poderá implicar no não recebimento.



## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

- 7.1. Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com o descrito no edital.
- 7.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços, caso ocorra o desequilíbrio econômico financeiro do Contrato, conforme disposto no Art. 92, § 4º da Lei 14.133/21.
- 7.3. Caso ocorra à variação nos preços, a contratada deverá solicitar formalmente a Administração Municipal, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.
- 7.4. Em caso de redução nos preços dos serviços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.
- 7.5. Os valores inicialmente contratados poderão ser reajustados após decorridos 12 (doze) meses, contados da data da apresentação das propostas, por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).
- 7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou, de qualquer forma, não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice definido na legislação vigente ou outro que venha a ser oficialmente recomendado pelos órgãos de controle.
- 7.7. O reajuste será realizado por Aditivo.
- 7.8. O preço contratado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.
- 7.9. Quando o preço inicialmente contratado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração Municipal deverá convocar o fornecedor, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.
- 7.10. Quando o preço de mercado se tornar inferior aos preços contratados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, a Administração Municipal poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação anteceder o pedido de fornecimento.
- 7.11. Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.
- 7.12. Será considerado preço de mercado, o que for igual ou inferior à média daquele apurado pela Administração Municipal para determinado item, observado do disposto no Decreto Municipal nº 15.088 de 17 de janeiro de 2024.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- 8.1. O contratante deverá:
- I – exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas;
  - II – receber o objeto conforme TR;
  - III – notificar por escrito eventual irregularidade;
  - IV – fiscalizar a execução;
  - V – fornecer informações e condições para execução;

VI – efetuar pagamentos somente após comprovação de regularidade fiscal;

VII – comunicar imediatamente irregularidades;

VIII – atestar os serviços executados.

#### **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. A contratada deverá:

I – cumprir rigorosamente o objeto conforme TR e Edital;

II – executar correções no prazo máximo de 24 horas após notificação do fiscal, conforme TR, sem custos adicionais;

III – apresentar, junto à Nota Fiscal, para fins de pagamento:

a) CND Previdência;

b) Certidão Conjunta Tributos Federais + Dívida Ativa;

c) Certidão Estadual;

d) Certidão FGTS – CRF;

e) CNDT;

IV – comunicar qualquer ocorrência relevante em até 24h;

V – manter todas as condições de habilitação durante a vigência;

VI – observar normas de segurança, sigilo e responsabilidade civil;

VII – reparar, corrigir ou substituir bens e serviços defeituosos nos prazos fixados pelo fiscal, respeitado o limite de 24h quando aplicável.

VIII - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

IX - A entrega provisória/fornecimento e a troca do objeto demandado deverá ser efetivada, sem ônus de frete para a Administração, de Segunda-Feira à Domingo, os serviços deverão ser concluídos no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da ordem de serviço, no local indicado pelo órgão Municipal solicitante.

X - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

XI - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

XII - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

XIII - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

XIV - *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*

XV - *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

XVI - A contratada deve comunicar, formalmente, o município, qualquer alteração em seu contrato social e razão social.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**V. ADVERTÊNCIA**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**VI. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**VII. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

#### **VIII. Multa:**

- a. Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de até o limite de 10% do valor empenhado;
  - i. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- b. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5% a 10% do valor do Contrato.
- c. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5% a 10% do valor do Contrato.
- d. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

e. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

f. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.1.2 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

XXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXX

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#).

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Porto Murtinho MS, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Porto Murtinho MS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
(CONTRATANTE)

Representante Legal  
(CONTRATADA)

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
Cargo:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
Cargo:



### **ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Pelo presente instrumento de **REGISTRO DE PREÇOS** que fazem O Município de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 03.107.539/0001-32, com endereço na Rua Cel. Pedro Celestino s/n, neste ato, representada pela Secretária Municipal de Educação, Sra. XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileira, portadora da CI-RG sob o nº XXXX SSP/XX e inscrita no CPF/MF sob o nº XXXXXXXX, residente e domiciliado nesta cidade de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul, após a homologação do resultado obtido no Pregão Eletrônico Nº. XXX/2025, resolve registrar os preços do objeto estabelecido na cláusula primeira deste instrumento oferecidos pela seguinte empresa \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu representante legal, o Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, sócio e administrador, portador do RG nº. \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF nº. \_\_\_\_\_, residente à Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, doravante cognominada "DETENTORA".

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a prestação futura e eventual de serviços de conserto, recuperação e manutenção de bancos veiculares, utilizados na frota do transporte escolar e demais veículos da Rede Municipal de Ensino do Município de Porto Murtinho/MS, conforme especificações mínimas constantes no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

1.2 Integram esta Ata, para todos os fins:

- I – o Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2025 e seus anexos;
- II – o Termo de Referência;
- III – a proposta da DETENTORA;
- IV – demais documentos do Processo Administrativo nº \_\_\_\_/2025.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR, DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DO PAGAMENTO**

2.1 - O presente instrumento tem o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_). Este valor foi obtido pela aplicação do preço oferecido pela **DETENTORA** neste Pregão Eletrônico nos quantitativos do **ANEXO I**.

#### **DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.2 A execução dos serviços será **sob demanda**, conforme ordens de serviço emitidas pela Secretaria Municipal de Educação ou demais unidades requisitantes.

2.3 Os serviços deverão ser concluídos no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da ordem de serviço.

2.4 Na execução dos serviços, caberá à DETENTORA:

- I – realizar os reparos conforme o Termo de Referência;
- II – substituir materiais, peças ou revestimentos defeituosos sem ônus adicional;
- III – garantir a qualidade técnica e acabamento adequado;
- IV – observar integralmente as normas de segurança e especificações do Edital;
- V – comunicar qualquer irregularidade ou impedimento no prazo máximo de 24 horas.

2.5 O Município realizará o **recebimento provisório e definitivo** conforme:

- I – provisório: conferência visual e quantitativa;
- II – definitivo: atestado do fiscal do contrato, após verificação técnica do serviço prestado.



2.6 Irregularidades poderão resultar em:

- I – rejeição total ou parcial;
- II – determinação de refazimento;
- III – notificação formal com prazo de até 24h para correção;
- IV – aplicação de sanções.

## **DO PAGAMENTO**

2.7 O pagamento ocorrerá **em até 30 (trinta) dias**, mediante:

- I – apresentação de Nota Fiscal;
- II – atesto do fiscal;
- III – comprovação de regularidade fiscal (INSS, FGTS, Federal, Estadual e Municipal, CNDT).

2.8 A Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções será devolvida, suspendendo-se o prazo até a regularização.

2.9 Em caso de atraso por culpa exclusiva da Administração, haverá atualização pelo **IPCA**, pro rata tempore.

2.10 O CNPJ habilitado deverá ser o mesmo constante da Nota de Empenho e da Nota Fiscal.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES**

**3.1** - Constituem obrigações das partes:

### **3.1.1 - DA DETENTORA**

- I – cumprir integralmente as especificações do Edital e TR;
- II – manter as condições de habilitação durante toda a vigência;
- III – corrigir falhas e irregularidades no prazo máximo de **24 horas**;
- IV – responder civilmente por danos causados ao Município ou a terceiros;
- V – observar normas trabalhistas, previdenciárias e de segurança;
- VI – não utilizar mão de obra irregular, infantil ou proibida por lei;
- VII – comunicar qualquer alteração societária que afete o contrato;
- VIII – cumprir integralmente os prazos estabelecidos.

### **3.1.2 - DA CONTRATANTE**

- I – exigir o cumprimento das obrigações;
- II – fiscalizar a execução;
- III – comunicar irregularidades;
- IV – atestar os serviços;
- V – efetuar os pagamentos nas condições pactuadas.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

4.1 A presente Ata de Registro de Preços terá **vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, podendo ser prorrogada conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

4.2 A DETENTORA deverá manter as condições de habilitação durante toda a vigência da Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**5.1** - As despesas oriundas da execução desta Ata correrão por conta das dotações orçamentárias indicadas em cada solicitação, conforme necessidade administrativa.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO REEQUILÍBRIO**

6.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

6.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gerenciador da Ata de Registro de Preço deverá convocar o fornecedor, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

6.3 Quando o preço de mercado se tornar inferior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, a Administração Municipal poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação anteceder o pedido de fornecimento.

6.4 Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

6.5 Será considerado preço de mercado, o que for igual ou inferior à média daquele apurado pela Administração Municipal para determinado item, observado do disposto no Decreto Municipal nº 15.088 de 17 de janeiro de 2024.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO**

**7.1** – A **DETENTORA** não poderá ceder ou transferir, dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente, o objeto da presente **ATA**.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO**

**8.1** - O não atendimento total ou parcial das Cláusulas desta **ATA** poderá ensejar a rescisão pela aplicação, onde cabível, dos itens do Artigo 137 da Lei Federal nº. 14.133/21 e suas posteriores alterações.

**8.2** - Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da **DETENTORA** fica a **CONTRATANTE** autorizada a reter os créditos a que tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

**9.1** - O atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pela **CONTRATANTE**:

**9.1.2** - O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela(s) licitante(s) vencedora(s) sem justificativa aceita pela Prefeitura do Municipal de Porto Murtinho MS sujeitará a licitante à aplicação das penalidades previstas no Artigo 156 da Lei Federal Nº. 14.133/21, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, conforme a gravidade:

- Advertência;
- Multa, nas seguintes condições:

I. - Nos casos de descumprimento contratual de natureza leve e de menor potencial ofensivo, nos quais a Detentora (ainda que tenha adotado medidas corretivas) mereça ser repreendida e/ou alertada de que a reincidência implicará penalidade de maior gravame, ensejarão advertência;

II. - O atraso injustificado na execução do contrato de prestação de serviços, na execução de obra ou na entrega de materiais, sem prejuízo do disposto no artigo 156 da Lei Nº. 14.133/21, sujeitará a Detentora à multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado:

- a)** de 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias corridos;

- b) superados os 15 (quinze) dias corridos, a partir do 16º a multa será de 1% (um por cento) ao dia, limitado a 30 (trinta) dias corridos e aplicada em acréscimo à da alínea “a”;
- c) após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução parcial ou total, conforme o caso, aplicando-se o disposto no inciso III, cumulativamente a este.

III. A inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, relacionadas quer à entrega do objeto, quer à de documentos exigidos no edital, submeterá a Detentora:

- a) Aplicação de multa correspondente a até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou
- b) Pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

IV. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração da Prefeitura Municipal de Porto Murtinho MS caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:

- a) Multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato; ou,
- b) Pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos. Caso a modalidade adotada tenha sido o pregão, aplicar-se-á o disposto no §1º do artigo 2º desta Resolução.

V. A entrega de documentação falsa, o retardamento imotivado da execução contratual, o comportamento inidôneo e a fraude, trabalhista ou fiscal, implicarão a emissão da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, a quem lhe der causa, observado o disposto no artigo 156 da Lei Nº. 14.133/21.

§ 1º - O atraso de que trata o inciso II será contado a partir do primeiro dia útil de expediente desta Prefeitura Municipal de Porto Murtinho MS, subsequente ao término do prazo estabelecido para entrega do material, execução da obra ou do serviço, até o dia anterior à sua efetivação.

§ 2º A multa poderá ser descontada de pagamentos eventualmente devidos à **DETENTORA**.

§ 3º A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

§ 4º As sanções relacionadas nos incisos III e IV desta Cláusula Nona serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública.

**8.2 -** Constatando-se a existência de fraude ou abuso de forma na criação de novas pessoas jurídicas, os efeitos das sanções administrativas de suspensão temporária e declaração de inidoneidade poderão ser a elas estendidos, bem como às pessoas naturais envolvidas, sem prejuízo das demais medidas administrativas e judiciais cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO**

**10.1 -** A presente **ATA** será gerida pela Senhora \_\_\_\_\_ – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE Educação, e fiscalizada pelo(a) fiscal do contrato designado pelo Decreto nº 16.021/2025, junto a Secretaria Municipal de educação, nos termos do artigo 117 da Lei Federal Nº. 14.133/21, a qual competirá velar pela perfeita exação do pactuado, em conformidade com o previsto no edital, na proposta da **DETENTORA** e neste instrumento.

**10.2 -** Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução da **ATA**, o agente fiscalizador dará ciência à **CONTRATANTE** do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da **DETENTORA** para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, da **ATA**, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da **DETENTORA**.

**10.3 -** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da **DETENTORA** por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do ajuste, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aqueles provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

**10.4** - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados, caso estes se afastem das especificações do Edital, de seus anexos ou da proposta da DETENTORA.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**11.1** - A presente **ATA** é regida pela Lei Federal 14.133/21 com suas posteriores alterações, pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**11.2** - Ficam registrados os valores dos licitantes que manifestaram intenção de fornecimento no mesmo valor e condições do vencedor dos itens constantes desta **Ata de Registro de Preços**.

**11.3** - Fica eleito o Foro da **Comarca de Porto Murtinho MS** com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente **ATA**. Em caso de qualquer ação judicial fundada nesta **ATA**, a parte que for julgada vencida arcará com os encargos da demanda, inclusive com os honorários advocatícios da parte vencedora.

**11.4** - E por estar assim justos e contratados firmam a presente **ATA** em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Porto Murtinho MS, --- de ----- de 2025.

**MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO MS**

**CNPJ nº.**

**REPRESENTANTE LEGAL**

**CPF/MF nº.**

**DETENTORA**

**CNPJ nº.**

**REPRESENTANTE LEGAL**

**CPF/MF nº.**

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_  
**Nome:**  
**CPF/MF nº.**

2. \_\_\_\_\_  
**Nome:**  
**CPF/MF nº.**

**ANEXO IV – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS**

**PROPOSTA DE PREÇOS**

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica Nº. \_\_\_\_/2025 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

**IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE**

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF E DATA DE NASCIMENTO:

ENDEREÇOS e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº. DA CONTA BANCÁRIA:

**PREÇO (EM MOEDA CORRENTE NACIONAL – TOTAL E UNITÁRIO)**

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o **ANEXO I** do Edital.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

**CONDIÇÕES GERAIS**

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

**LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

De acordo com o especificado no Anexo I, deste Edital.

**Obs.:** No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

**VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL**

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

**LOCAL E DATA**

**NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**

**OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO FINAL.**

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº xxx**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxxx.**

(NOME DA EMPRESA) ....., inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., DECLARA, para fins do **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que, por preencher os requisitos legais, pretende usufruir do direito de preferência para contratação na presente licitação, na forma do parágrafo 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não se enquadrando nas vedações constantes dos parágrafos 4º e 9º, art. 3º, do referido Diploma Legal.

Local e data \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Nome e número da identidade do declarante  
(representante legal da empresa)  
**CARIMBO CNPJ**

\_\_\_\_\_  
Nome e número da identidade do declarante  
(Contador ou Técnico Contábil)  
**Carimbo CRC**

**OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um “X”, ratificando a condição jurídica da empresa licitante.**



ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

Ao(a) Agente de Contratação e equipe de apoio

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ...../2025

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

(1) Declaramos, para os devidos fins que a Empresa atende todas as condições de habilitação, conhece, aceita e se submete a todas às condições estabelecidas no Edital e seus anexos, ressaltando-se o direito recursal, bem como, às disposições técnicas e oficiais, tendo recebido todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral e pleno das obrigações assumidas, relativas à licitação e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

(2) Declaramos que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

(3) Declaramos que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

(4) Declaramos, para todos os fins que não possui em seu quadro permanente de pessoal, empregados menores de 18(dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou ainda, de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal de 1988, relativo à proibição do trabalho do menor. (*Lei Federal nº9.854/1999*).

(5) Declaramos, para fins que até a presente data inexistem fatos impeditivos quanto à nossa participação em licitações ou contratações com a Administração Pública Federal, estadual ou Municipal.

(6) Declaramos, para todos os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

(7) Declaramos, para todos os fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

(8) Compromete - se, formalmente, para satisfazer a execução do objeto licitado, de acordo com os prazos, planejamentos e especificações que fazem parte integrante e complementar do Edital, pelo preço e condições constantes da proposta ofertada, assim como disponibilidade técnico-operacional suficiente e satisfatória, afim de assegurar à Administração o fiel cumprimento das obrigações a serem assumidas, caso venha a ser vencedora no presente certame, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, caso fortuito ou força maior, sujeitando-se às penalidades cabíveis, na forma da Lei.

(9) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por esse Município, que o (a) responsável legal da empresa é o (a) Sr.º (a) ....., Portador(a) do RG sob o nº ....., e CPF sob o nº ....., cuja função/cargo é .....(sócio / administrador / procurador / diretor / etc.), **responsável pela assinatura do Contrato / Ata de Registro de Preço**.

(10) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este

processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato / Ata de Registro de Preço** seja encaminhado para o seguinte endereço:

**E-mail:**

**Telefone:** (DDD) .....-.....

**(11)** Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Departamento de Licitações e Contratos desse Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

---

Nome e número da identidade do declarante  
(representante legal da empresa)  
CARIMBO CNPJ